

REDUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO PESSOAL: Um desafio aceito na Marinha do Brasil

“Nós não podemos nos endividar em bola de neve e jogar isso para filhos e netos também pagarem lá na frente”¹.

Paulo Guedes

ALEXANDRE DE MELLO **BRAGA***
Capitão de Mar e Guerra (IM)

HERCULES GUIMARÃES HONORATO**
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM)

SUMÁRIO

Introdução
Quadro Teórico
O endividamento pessoal na Marinha do Brasil
Considerações Finais

INTRODUÇÃO

O percentual de famílias brasileiras endividadadas nas diversas modalidades de crédito, como cartão, cheques e consignados, chegou a 65,6% em dezembro de 2019, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência

do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A frase epígrafe que inicializa este estudo trata do endividamento do país Brasil, mas, em certa medida, deveremos tomá-la com significativo abrir de olhos para o nosso próprio endividamento.

* Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (Caepe) da Escola Superior de Guerra (ESG), Turma de 2020.

** Integrante do Corpo Permanente da ESG. Doutor em Política e Estratégia Marítima (C-PEM – EGN). Mestre em Educação. Superintendente de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do Núcleo de Implantação do Instituto Naval de Pós-graduação.

1 Jornal Nacional. Pacote do governo flexibiliza orçamento e libera R\$ 400 bilhões a estados e municípios. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/05/pacote-do-governo-flexibiliza-orcamento-e-libera-r-400-bilhoes-a-estados-e-municipios.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

Não obstante a importância do crédito para a economia, a realidade brasileira aponta para níveis de endividamento da população cada vez maiores, especialmente a partir das últimas décadas, como efeito colateral de políticas públicas implementadas. Essas condicionantes políticas têm sido amplamente estudadas e relacionadas a outros aspectos da chamada psicologia econômica, que estuda o comportamento dos indivíduos, dos grupos e das populações em geral, preocupando-se em entender de que forma decisões econômicas como poupar, comprar ou investir são tomadas.

Enquanto extrato da sociedade brasileira, os militares da Marinha do Brasil (MB) também possuem certo grau de endividamento, que pode ser explicado por causas comuns aos demais cidadãos e por outras específicas, ligadas a fatos da vida militar e a seu próprio código de valores. A fim de levantar quantitativamente essa situação, a Marinha realizou um estudo, em 2018, que mapeou o endividamento de seus militares com o crédito consignado. Tal estudo ganhou repercussão na alta administração da Força Naval e serviu de base para a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de propor estratégias para o aprimoramento da educação financeira do seu pessoal.

Nesse sentido, a relevância das atribuições principais e subsidiárias de responsabilidade da MB, impostas pela Carta Magna e por outros diplomas legais, e os potenciais impactos do endividamento sobre os militares transmitem a motivação necessária para a realização deste estudo, que se propõe a responder o seguinte questionamento: Em que medida o endividamento do pessoal militar da Marinha do Brasil pode impactar nas atividades desempenhadas pela instituição? Adicionalmente, busca-se discutir as ações que

estão sendo adotadas na Força Naval para mitigar essa questão.

Em relação à abrangência deste estudo, independente da força de trabalho ser de militares e civis, ficou restrita aos militares, especialmente pela dificuldade de levantamento de dados de endividamento dos civis que trabalham na instituição. A existência de um sistema próprio de controle do pagamento militar, gerenciado dentro da Força, facilitou o levantamento de dados agregados que ilustram a situação, preservando, no entanto, o sigilo de dados financeiros pessoais. Apesar disso, essa restrição amostral pode ser encarada como uma oportunidade de reflexão sobre aspectos socioculturais próprios dos militares que podem afetar a dinâmica do endividamento.

É importante ressaltar também que, sob o aspecto quantitativo, o estudo abordou o endividamento dos militares, avaliando apenas o nível de crédito contraído e consignado em pagamento, deixando de fora outros empréstimos não consignados, em instituições bancárias ou não, que porventura existam. Tal simplificação deve-se ao fato de não haver dados disponíveis na MB sobre os empréstimos não consignados de nossos militares, uma vez que seu levantamento exigiria a suspensão do sigilo de dados financeiros pessoais, somente cabível em decisões judiciais.

Além disso, ainda no sentido de delimitação da abrangência, cabe destacar que esses dados quantitativos, apesar de serem recentes, são anteriores à reestruturação da remuneração militar promovida por meio da Lei nº 13.954 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), cujos efeitos financeiros iniciaram-se, apenas em pequena parte, neste ano de 2020, uma vez que foram programados para ocorrer progressivamente ao longo dos anos. Sendo assim, não são esperadas mudanças significativas

do contexto apresentado em um período de tempo tão curto, não comprometendo, desta forma, o estudo.

Do ponto de vista do procedimento técnico, este estudo está baseado em pesquisa bibliográfica em livros, leis, artigos, dissertações etc. e em pesquisa documental realizada, principalmente, na Marinha e em sítios eletrônicos do Banco Central do Brasil, escolhido como referência por possuir estrutura, política e estratégias voltadas à educação financeira dos nossos militares, a fim de manter as Forças Armadas do País em prontidão permanente.

QUADRO TEÓRICO

A política econômica consiste em um conjunto de ações implementadas por governos com a finalidade de atingir determinadas metas relacionadas com a situação econômica de um país (REIS, 2018). Com esse conceito em mente e na procura por entendermos

melhor o impacto dessas políticas no endividamento da população brasileira, esta seção do estudo faz uma revisão da literatura especializada para demonstrar conceitos básicos e causas relacionadas ao fenômeno do endividamento.

Consumo, crédito e endividamento

Em uma sociedade capitalista, o sentimento de pertencimento de seus integrantes “está assentado sobre a dimensão do ter” (LIRA, 2014, p. 24). Independente da percepção individual sobre essa afirmativa

variável um pouco em função de valores pessoais, é fato que o capitalismo tem foco no consumo. Especificando um pouco mais esse conceito, esse autor entende que o consumo se refere à satisfação das necessidades básicas do ser humano, como alimento, saúde etc., e o diferencia do consumismo, que corresponde ao hábito de adquirir produtos, muitas vezes desnecessários, realizando gastos superiores à capacidade financeira (LIRA, 2014).

Não é difícil compreender que o consumo das famílias proporciona melhor qualidade de vida às pessoas. Souza (2015), discorrendo sobre o assunto, ressalta que o consumo, se impulsionado pelo crédito,

traz benefícios ainda maiores para o País. Nesse sentido, o autor explica que, ao se utilizar o crédito, aumenta-se o consumo de bens e serviços, gerando a necessidade de aumento da oferta e o consequente crescimento dos níveis de emprego e renda da população. Esse mesmo ciclo virtuoso da

**Ao se utilizar o crédito,
aumenta-se o consumo de
bens e serviços, gerando
a necessidade de aumento
da oferta e o consequente
crescimento dos níveis
de emprego e renda da
população**

economia é explicado, sob um outro ponto de vista ainda mais inclusivo e social, por Abramovay (2004), que ressalta que o crédito é importante para as famílias de baixa renda e tem o poder de ampliar as chances dessa população na luta contra a pobreza.

Infelizmente, a realidade financeira de muitas famílias brasileiras não é sustentável. Sobre essa condição, Tolloti (2007 *apud* LEÃO, 2016) adverte que a sociedade é marcada pelo excesso, não existindo limites especificamente para o consumo. Essa realidade, segundo a autora, faz com que as famílias consumam em excesso,

levando-as ao endividamento e à perda de seu bem-estar.

Conclui-se, então, que o consumo proporciona qualidade de vida às famílias, que é amplificada com a utilização do crédito, contribuindo para a redução de barreiras sociais e para a produção de um ciclo virtuoso na economia. A tomada do crédito, no entanto, precisa ser sustentável ao longo do tempo, caso contrário as pessoas tornam-se endividadas e perdem o seu bem-estar. Ressalta-se que, no contexto deste trabalho, endividamento e superendividamento são tratados indistintamente. De fato, Lira (2014) entende que endividamento e superendividamento se referem a uma mesma realidade, distinguindo-se somente pela gravidade do problema.

Principais causas do endividamento

Annie Leonard (2011), analisando historicamente a questão, mostrou que, após a Segunda Guerra Mundial, as empresas tomaram uma série de ações visando motivar as pessoas a consumirem e, assim, aquecer a economia. Entre essas ações estão a fusão intencional da noção de identidade, *status* e consumo; e o desenvolvimento da indústria da publicidade, com o propósito de causar mal-estar nas pessoas com o que elas têm ou com o que lhes falta, além de estimular o desejo de compra para as fazer sentirem-se melhores.

É importante ressaltar que o crédito também pode ser considerado um produto a ser consumido e, desta forma, a propaganda também opera neste mercado. Lira (2014) explica que o *marketing* do crédito

é realizado pelos agentes financeiros de forma agressiva, em oferta dentro de agências, abordagens pelas ruas, *telemarketing*, correspondências eletrônicas, propaganda televisiva etc. Dessa forma, conseguem induzir as pessoas a consumir o crédito, oferecendo vantagens contraditórias, muitas vezes enganando e sonegando informações básicas a respeito das condições do crédito vendido aos consumidores.

Percebe-se, portanto, que o *marketing* intensivo é a primeira causa do endividamento das famílias, pois estimula as pessoas a consumirem bens, serviços e o próprio crédito além de suas necessidades e capacidade de pagamento. Ele é capaz de provocar nas pessoas um sentimento de insatisfação constante com o que são e

o que têm, transformando, muitas vezes, o supérfluo em essencial. No entanto, há uma segunda causa, relacionada com a primeira e ainda mais crítica.

A segunda causa principal do endividamento das famílias brasileiras é a falta de conheci-

mentos relacionados à educação financeira. O Banco Central (BRASIL, 2013) define que a educação financeira é o meio de prover conhecimentos básicos que contribuem para a melhora da qualidade de vida das pessoas e comunidades, sendo, portanto, um instrumento de desenvolvimento econômico.

Alguns autores, como Lira (2014), entendem que, além do *marketing* intensivo e da falta de educação financeira, a abundância de crédito também seria uma das principais causas do endividamento. No entanto, não se pode desprezar que a

**O *marketing* intensivo
é a primeira causa do
endividamento das famílias,
pois estimula as pessoas a
consumirem além de suas
necessidades e capacidade
de pagamento**

multiplicidade de canais de crédito, pela própria lei da oferta e da demanda de mercado, contribui para a redução das taxas de juros praticadas e, conseqüentemente, para menores níveis de endividamento.

Finalmente, é importante compreender que um indivíduo educado financeiramente pode filtrar-se e proteger-se dos efeitos do *marketing* agressivo existente no mercado. No entanto, uma pessoa que não seja muito consumista e, portanto, pouco suscetível ao *marketing*, pode encontrar-se endividada pelo cometimento de outros erros em sua vida financeira, que poderiam ser evitados com a educação. Dessa forma, considera-se a falta de educação financeira como a principal causa do endividamento pessoal, devendo ela ser o foco de toda política e estratégia formulada para se contrapor a essa realidade.

O ENDIVIDAMENTO PESSOAL NA MARINHA DO BRASIL

Esta seção realiza uma abordagem quantitativa, a fim de verificar se o nível de endividamento dos militares da Marinha é significativo, e uma abordagem qualitativa, para avaliar quais as conseqüências potenciais que o endividamento do militar pode trazer para a Força. Além dessas duas abordagens, apresenta algumas causas específicas do endividamento relacionadas à cultura militar-naval e às ações de enfrentamento do problema.

Causas específicas relacionadas à cultura militar-naval

Em complemento às causas gerais já apresentadas, cabe destacar algumas causas específicas relacionadas à cultura militar-naval. Nesse sentido, Nádia Moreira (2019), assistente social da Marinha que passou cerca de 20 anos atendendo

diretamente militares e suas famílias que, em sua maioria, acessavam os programas assistenciais da instituição por problemas financeiros, desenvolveu um estudo com o propósito de aprofundar a dinâmica do endividamento dos militares da Marinha e as dimensões morais e emocionais envolvidas no processo, a fim de entender melhor a relação entre o hábito militar e o endividamento.

Moreira (2019, no prelo) afirma que, sob o ponto de vista dos militares da Marinha com problemas financeiros, existem alguns fatos da vida militar-naval que contribuem para o endividamento. O primeiro deles é o matrimônio precoce, ainda nos primeiros anos da carreira, e suas decorrentes obrigações financeiras. Há um entendimento comum entre os militares endividados de que a pouca idade, o distanciamento da família e a falta de uma prévia educação financeira foram preponderantes na incapacidade de avaliação das conseqüências econômicas dessa escolha.

O segundo ponto ressaltado nesse estudo são os gastos realizados com diversões e presentes como recompensas a si próprios e aos familiares. Essa autora desvela que os militares com problemas financeiros alegam que realizam esses gastos nos portos, quando estão em viagem embarcados em navios, como contrapartida ao estresse decorrente do confinamento, da limitação da privacidade e da saudade da família, entre outros aspectos.

Moreira (2019, no prelo) indica, ainda, um terceiro fato potencial de endividamento, que consiste nas transferências da cidade de origem para outras cidades. O pessoal militar endividado alega que essas movimentações provocam uma elevação dos compromissos financeiros em função de: gastos com passagens para visita aos familiares nas férias; manutenção de duas casas, uma na cidade de

origem e a outra na localidade para onde foram designados a servir, por não haver os chamados Próprios Nacionais Residenciais (PNR) disponíveis para todos; e serem arrimos de família e terem que continuar apoiando familiares.

Além dos três fatos da vida naval já citados, Moreira (2019, no prelo) também apresenta a “honra militar” como um componente moral que ela identificou na fala dos militares endividados e que influenciou o comportamento econômico deles. A autora observou que os militares, em muitas ocasiões, relevam o capital econômico para serem reconhecidos e se sentirem valorizados por atitudes que demonstrem a honra. Sendo assim, é bastante comum o endividamento ocorrer ou ser agravado pelo fato de o militar se sentir na obrigação, mesmo sem ter condições para isso, de ajudar financeiramente um familiar com problemas ou de realizar a compra de um carro ou outro bem de consumo duradouro de custo mais alto, por ocasião de promoções de posto, como um elemento de distinção pelo pertencimento ao novo círculo social (MOREIRA, 2019, no prelo).

Impacto quantitativo

Em 2018, a Pagadoria de Pessoal da Marinha (Papem) realizou um levantamento de dados relativos a empréstimos consignados que culminou em uma análise do endividamento dos militares e pensionistas da Força Naval. Segundo o estudo, os dados foram extraídos do Sistema de Pagamento da Marinha (Sispag) e, principalmente, do Sistema Digital de Consignações (E-Consig), que é o sistema em uso na MB para administração das consignações. Os dados coletados correspondem ao período de junho de 2017 a junho de 2018 (BRASIL, 2018).

Na ocasião do estudo, a folha de pagamento da Marinha possuía cerca de 220 mil matrículas, entre militares da ativa, veteranos e pensionistas de militares falecidos, entre outros. Desse total, cerca de 193 mil podiam realizar empréstimos consignados em seus Bilhetes de Pagamento (BP). No mesmo período, o sistema E-Consig possuía um montante de 333 mil contratos ativos de empréstimos consignados (BRASIL, 2018).

O referido estudo explica que, em dezembro de 2017, houve uma alteração no prazo máximo de financiamento, passando este de 48 para 72 meses, e indica que essa possibilidade de alongamento do prazo de pagamento de dívidas anteriormente contraídas, com a consequente redução do valor das parcelas mensais, foi o principal fator motivador da intensa renegociação de contratos (BRASIL, 2018).

O estudo fez uma inferência de que o aumento da quantidade de novos contratos a partir de janeiro de 2018 poderia indicar que o aumento da quantidade de renegociações não necessariamente gerou uma tranquilidade financeira maior para os militares e pensionistas da Marinha, decorrente da redução do valor das prestações dos empréstimos previamente contraídos, mas abriu espaço de margem consignável para a tomada de novos empréstimos (BRASIL, 2018).

A fim de comprovar a inferência citada, o estudo cunhou e analisou dois conceitos importantes para o entendimento dos dados levantados. Antes de apresentar esses conceitos, porém, é necessário ressaltar que o termo endividamento apresentado no estudo da Papem não se coaduna com o conceito estabelecido anteriormente neste artigo. O primeiro conceito cunhado foi o “endividamento coletivo”, que seria a relação numérica entre o número de militares e pensionistas que possuem emprés-

timos consignados e a quantidade total de militares e pensionistas que podem consignar esses descontos facultativos. Em contraponto, cunhou o segundo conceito, o de “endividamento individual”, que seria o volume da dívida de cada militar ou pensionista (BRASIL, 2018).

O Gráfico 1 a seguir demonstrou a evolução mensal do número de militares e pensionistas que tinham empréstimos consignados durante o período de junho de 2017 a junho de 2018. Observa-se que houve pouca variação mensal do número de usuários com empréstimos consignados durante todo o período, apesar do prazo máximo de pagamento ter sido alterado de 48 para 72 meses em dezembro de 2017. Analisando o gráfico, o estudo concluiu que o endividamento coletivo se manteve bastante constante (BRASIL, 2018). Cabe destacar que esse gráfico não demonstrava o endividamento coletivo, conforme conceituação já explicada. No entanto, o estudo preocupou-se em ressaltar que não houve uma variação significativa do total de militares e pensionistas na Marinha no período considerado, sendo, portanto, plausível a conclusão parcial a

que se chegou, de que o endividamento coletivo se manteve constante.

Em relação ao endividamento individual, o estudo em lixe destaca que o movimento financeiro dos empréstimos no primeiro semestre de 2018 aumentou o valor total da carteira de empréstimos do pessoal da Marinha em 44%, em relação ao valor da mesma no final de 2017, e conclui que o endividamento individual na Força havia aumentado no período considerado (BRASIL, 2018). Novamente, cabe salientar que esse estudo não apresentou um gráfico que demonstrasse a evolução do endividamento individual, conforme conceito explicado. Considerando que houve variação significativa do valor total da carteira de empréstimos e o fato de não ter havido variação significativa do total de militares e pensionistas na Marinha, é plausível afirmar que o endividamento individual aumentou no período considerado, conforme o próprio estudo asseverou.

Analisando essas informações, esse estudo reforça que a manutenção dos níveis de endividamento coletivo confirma a suposição aventada anteriormente de que

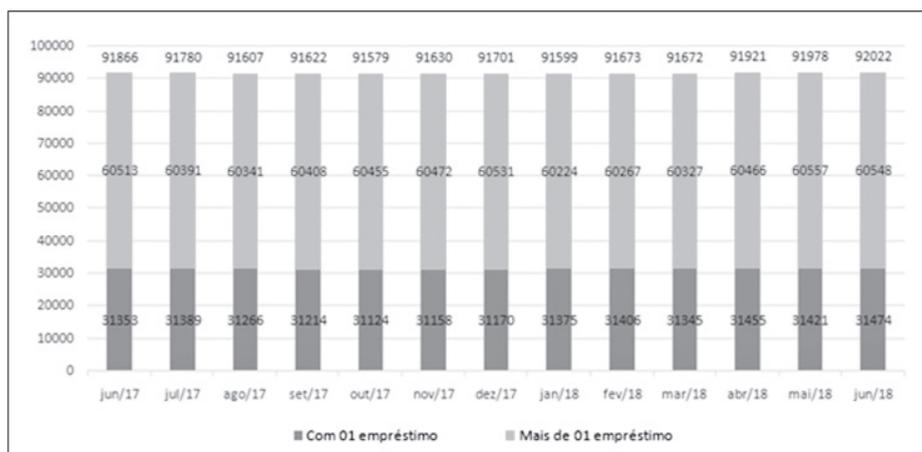


Gráfico 1 – Número de militares e pensionistas com empréstimo consignado
 Fonte: Memória nº 40-02 – Endividamento dos Militares e Pensionistas desta Força

os novos contratos foram, em sua maioria, assinados pelas pessoas que já possuíam empréstimos consignados anteriores. Elas teriam aproveitado a extensão do prazo de empréstimo para renegociá-los, alongando o prazo de pagamento das dívidas e reduzindo o valor das prestações mensais. Por sua vez, essa redução das prestações mensais teria aberto espaço de margem consignável para a tomada de novos empréstimos, aumentando, por conseguinte, o nível de endividamento individual de nossos militares e pensionistas (BRASIL, 2018).

É interessante observar que, partindo de dados estatísticos, o estudo da Papem chegou à mesma conclusão já expressa anteriormente neste artigo, de que o problema principal do endividamento foi a carência de educação financeira das pessoas, devendo ser o alvo principal de políticas e estratégias de enfrentamento.

O Gráfico 2 demonstra que o endividamento coletivo, ou seja, a relação percentual (por círculo hierárquico) entre os militares e pensionistas que continham empréstimos consignados e o total de militares e pensionistas que podiam consignar descontos facultativos em seus BP, atingia

com mais intensidade, no mês de junho de 2018, a população naval nos postos ou graduações inferiores da carreira, principalmente os suboficiais e os sargentos, com mais de 60% do grupo possuindo empréstimos. Não muito atrás, aparecem os cabos e marinheiros, com cerca de 45% e, na sequência, os oficiais intermediários e superiores, com aproximadamente 28% e 25%, respectivamente.

A partir de todas essas informações, o estudo em tela sugeriu, além de outras ações, a inclusão da matéria Educação Financeira nos cursos de formação de pessoal realizados na instituição e a multiplicação de cursos expeditos e palestras para os militares, a fim de produzir resultados positivos no médio prazo. Considerando o maior endividamento coletivo ser entre suboficiais e sargentos (mais de 60%), o estudo sugeriu, ainda, a conveniência em priorizar ações que visem à educação financeira nesse círculo hierárquico (BRASIL, 2018).

Diante do exposto, é possível afirmar que a quantidade de pessoas com crédito consignado na MB é significativa, chegando a 60% entre os suboficiais e sargentos. Além disso, o comprometimento médio

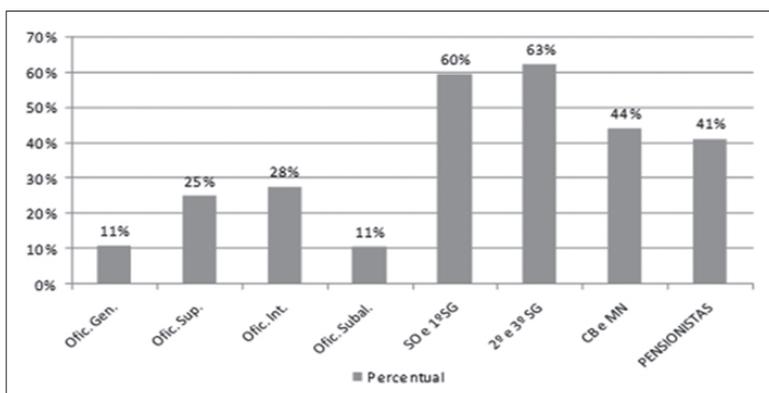


Gráfico 2 – Percentual de militares (por círculo hierárquico) e pensionistas com empréstimos consignados
 Fonte: Memória nº 40-02 – Endividamento dos Militares e Pensionistas desta Força

da renda desses militares que possuem consignados é bem acima da média nacional, que não passa de 25%, chegando, em alguns casos, a um patamar bem próximo ao limite de 70% previsto em lei. Ainda que o estudo da Papem não tenha realizado uma avaliação da sustentabilidade do crédito, conforme conceito apresentado neste trabalho, pode-se considerar que esses patamares tão altos de comprometimento de renda visualizados não são sustentáveis, configurando, assim, que o número de endividados na Marinha é bastante relevante.

O enfrentamento da redução do endividamento

O relatório do grupo de trabalho (BRASIL, 2019b) coordenado pela Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha e com a participação de outros setores previu a inclusão de conteúdo de Educação Financeira nos cursos de carreira, sejam estes de longa duração (formação e especialização) ou de curta duração (demais), de forma a atingir todos os militares da Marinha em diferentes momentos da carreira. Além disso, foi também proposta a elaboração de cursos específicos que servirão para a preparação de militares a serem utilizados como elementos multiplicadores do conhecimento financeiro dentro das Organizações Militares (OM).

Em relação ao conteúdo programático desses cursos, ainda em fase de planejamento na Força Naval, é importante ressaltar que os mesmos deveriam conjugar diversos temas, como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor, em virtude de esses temas serem requeridos

no Programa de Educação Financeira de Adultos no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef)², do Governo Federal. No que diz respeito à utilização de multiplicadores de educação financeira nas OM, cabe destacar que a prática também constitui um dos objetivos do mesmo programa de educação financeira de adultos.

Um outro ponto interessante a ser ressaltado das propostas do grupo de trabalho em tela foi o estabelecimento da Diretoria de Assistência Social da Marinha (Dasm) como Organização Militar orientadora técnica a todas as demais na área de conhecimento da educação financeira. A partir desse ponto, todas as ações de educação financeira na Força Naval passaram a contar com um elemento central e orientador de aspectos relacionados ao comportamento de consumo e suas implicações sociais, psicológicas e jurídicas (BRASIL, 2019b).

Dentre as várias ações a serem conduzidas pela Dasm, como fruto das propostas do grupo de trabalho, é importante mencionar a realização de pesquisas específicas com o propósito de mensurar o grau de endividamento da Família Naval, além das análises que devem ser realizadas pela Papem sobre os empréstimos consignados em bilhete de pagamento, de tal forma a verificar se as ações adotadas vêm produzindo os efeitos esperados (BRASIL, 2019b). Seria interessante que a avaliação dessas ações pudesse ser realizada a partir do desenvolvimento de um ou mais indicadores que retratassem o nível de educação financeira dos militares, seguido do estabelecimento de metas quantificáveis de evolução. Os indicadores poderiam ser compostos de dados sobre inadimplência,

2 Enef – elaborada por um grupo de trabalho com representantes de diversos órgãos federais, entre eles o Banco Central do Brasil, e instituída por meio do Decreto nº 7.397, de 2010 (BRASIL, 2010).

endividamento e poupança, à semelhança do estabelecido pelo Banco Central para o cálculo do Índice de Educação Financeira (IEF) nacional, que foi elaborado de acordo com a literatura nacional e internacional sobre o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito é um instrumento capaz de ampliar o consumo das famílias, podendo proporcionar melhora na qualidade de vida das pessoas e contribuir para a redução de barreiras sociais e a produção de um ciclo virtuoso na economia. A tomada do crédito, no entanto, precisa ser sustentável ao longo do tempo, caso contrário as pessoas tornam-se endividadas e perdem seu bem-estar.

Visando a melhor compreender a realidade de endividamento entre os militares da Marinha do Brasil, foram conduzidos alguns estudos, tanto quantitativos quanto qualitativos, na instituição. Sob o ponto de vista qualitativo, a experiência de atendimento de militares endividados por assistentes sociais na Força contribuiu para a identificação de causas do endividamento relacionadas à cultura militar-naval, tais como o matrimônio precoce, as recompensas decorrentes das privações da vida a bordo, as transferências entre cidades e o sentimento profundo de honra militar que se sobrepõe ao capital econômico.

Sob o ponto de vista quantitativo, a Papem realizou um estudo esclarecedor que apontou para uma quantidade bastante relevante de pessoas com crédito consignado, chegando a 60% entre os suboficiais e sargentos. Além disso, o estudo indicou

que o comprometimento médio da renda desses militares que possuem consignados é bem acima da média nacional, que não passa de 25%, chegando, em alguns casos, como na graduação de segundo-sargento, aos 62%. Esses patamares tão altos de comprometimento de renda visualizados não são sustentáveis, configurando, assim, que o número de endividados na Marinha é bastante relevante.

Considerando esse número relevante de endividados e a importância das atividades sob responsabilidade da Força Naval, entende-se que o endividamento do pessoal militar da MB pode impactar nas atividades da instituição, com potencial de causar acidentes graves ou desvios de conduta, envolvendo grandes prejuízos materiais e de vidas e afetando seriamente a imagem da instituição. A partir desse

entendimento, considera-se relevante e oportuno o estabelecimento de políticas e estratégias para a mitigação do problema dentro do ambiente da Força.

A Marinha do Brasil tem enfrentado esse desafio de forma apropriada. Tanto a Política Naval, documento de mais alto nível de planejamento da Força, quanto o Plano Estratégico da Marinha condicionam e priorizam ações que visam à mitigação do problema do endividamento pessoal, por meio do fortalecimento da assistência social e da promoção de um maior nível de satisfação e bem-estar do militar e de sua família, de forma a contribuir para a prontidão do Poder Naval.

Detalhando essas ações mitigadoras, merecem destaque a inclusão de conteúdo de educação financeira nos cursos de carreira, de forma a atingir a todos os milita-

O endividamento do pessoal militar da MB pode impactar nas atividades da instituição

res da Marinha em diferentes momentos, e a elaboração de cursos específicos que servirão para a preparação de militares a serem utilizados como elementos multiplicadores do conhecimento financeiro dentro das Organizações Militares.

A seleção da Dasm como uma organização central nos esforços de educação financeira na Força também é importante devido à ausência de um órgão central no Ministério da Defesa que formule políticas e estratégias que possam ser aplicadas nas Forças Armadas brasileiras. Uma de suas tarefas é a realização de pesquisas específicas com o propósito de mensurar e acompanhar o grau de endividamento da Família Naval. Sugere-se que esse controle e a consequente avaliação das

ações implementadas sejam realizados a partir do desenvolvimento de indicadores que retratem o nível de educação financeira dos militares, seguidos do estabelecimento de metas quantificáveis de evolução. Esses indicadores poderão ser compostos de dados sobre inadimplência, endividamento e poupança, à semelhança do estabelecido pelo Banco Central para o cálculo do Índice de Educação Financeira.

A educação financeira é o caminho mais efetivo para melhorar as condições sociais de nossos militares e de suas famílias e ajudá-los no alcance de seus objetivos de vida, ao mesmo tempo que contribui para preservar a Força Naval de situações indesejáveis que possam trazer prejuízos ao cumprimento da sua missão.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<DIVERSOS>; Empréstimo pessoal;
<EDUCAÇÃO>; Preparo do homem;
<PESSOAL>; Formação de pessoal;

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume, 2004.
- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. *Estratégia Nacional de Educação Financeira*, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedindeiro.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2020.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Caderno de Educação Financeira*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Relatório de Cidadania Financeira, 2018. Brasília, DF, 2018a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Relatório de Inclusão Financeira, 2010. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/relatorio_inclusao_financeira.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

- BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução nº 3.110, de 31 de julho de 2003. Altera e consolida as normas que dispõem sobre a contratação de correspondentes no País. 2003a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3110_v1_O.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares); a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar); a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972; a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012; e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Educação Financeira, nº 01. Rio de Janeiro, 19 dez. 2019.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Pagadoria de Pessoal da Marinha. Memória nº 40-02: Endividamento dos Militares e Pensionistas desta Força. Rio de Janeiro: 10 ago. 2018.
- LEÃO, Ana Paula Camboim. *Empréstimos consignados e endividamento, uma estreita relação entre o(a)s servidore(a)s público(a)s Técnicos-Administrativos em Educação*, 2016, 184f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social) – Departamento de Ciências Domésticas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2016.
- LEONARD, Annie. *A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- LIRA, Caetano Correia. *Crédito consignado: cenários no Brasil e diagnóstico na UFPE* (2010 a 2012), 2014, 116f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- MOREIRA, Nádia Xavier. *Habitus Militar e Endividamento*. Rio de Janeiro: 2019, 28 p. No prelo.
- REIS, Tiago. “Política econômica: conheça os seus instrumentos e objetivos”. Suno Research, 27 set. 2018. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/politica-economica/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- SOUZA, Dinuarí da Rocha. *Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB*, 2015, 86f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.